



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12920 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL E SUA PEDAGOGIA DAS JUVENTUDES CAMPONESAS BRASILEIRAS

Francisco Ytalo de Lima Silva - UFRPE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Cibele Maria Lima Rodrigues - Fundação Joaquim Nabuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL E SUA PEDAGOGIA DAS JUVENTUDES CAMPONESAS BRASILEIRAS

Resumo: O presente trabalho é resultado da pesquisa sobre a Pastoral da Juventude Rural (PJR), que buscou analisar quais eram os elementos característicos e constitutivos da sua pedagogia, a partir de Caldart (2000) e Arroyo (2003). A pesquisa partiu do princípio que os movimentos sociais conformam pedagogias ou as reelaboram a partir dos espaços em que atuam. O estudo se caracterizou como uma pesquisa militante (BRINGEL e VARELLA, 2016) que tem por referência principal a vivência na Pastoral, a observação participante, além do uso da análise documental e realização de cinco entrevistas com lideranças nacionais. A PJR possui uma prática pedagógica singular que reúne elementos da Teologia da Libertação, da Educação Popular e da Educação do Campo. Essas matrizes fazem com que tenha atuação semelhante aos movimentos sociais, mantendo o vínculo com a Igreja Católica. A partir dessas matrizes, identificamos dimensões da pedagogia: a mística (religiosidade), a luta por um Projeto Popular de Sociedade; o campo como espaço de atuação; a práxis (prática e estudo); o companheirismo. No presente texto vamos destacar as relações entre a Teologia da Libertação, a Educação Popular e a Educação do Campo como matrizes da pedagogia da PJR.

Palavras-chave: Pedagogia, Pastoral da Juventude Rural, Movimentos Sociais, Brasil.

Introdução

A literatura já vem apontando que as práticas vivenciadas no movimento social se destacam como aprendizagens significativas que podem provocar mudanças nas concepções de mundo dos sujeitos que fazem parte dele e transformações políticas e culturais nos espaços nos quais atuam (ALMEIDA, PINHEIRO, GROppo E IRIART, 2021) . Daí se depreende a afirmação de que movimento social é educador (CALDART, 2000; ARROYO, 2003; GOHN, 2011; SCHWENDLER, 2010) e produtor de conhecimento (GOMES, 2017). Enquanto sujeito coletivo provoca novas reflexões e saberes a partir de suas lutas e das inúmeras experiências que promovem. Por meio de práticas educativas não-formais vão demarcando seus interesses mais explícitos e reivindicativos (CALDART, 2000; ARROYO, 2003; GOHN, 2011; GOMES, 2017). Esse caráter educativo está presente em diversos grupos, nos processos que também são chamados de educação não-formal.

Partindo desse pressuposto, escolhemos nos debruçar sobre os processos educativos que constituem a pedagogia da Pastoral da Juventude Rural (PJR) no Brasil, tendo como inspiração as reflexões realizadas por Roseli Caldart (2000). Muito embora não se trate de um movimento social, em seu sentido estrito, a referida Pastoral possui uma dimensão de militância política articulada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Enquanto Pastoral está vinculada à Igreja católica, estando situada no campo progressista da Teologia da Libertação.

A escolha se deu a partir de nossa atuação na referida organização, se tornando uma pesquisa militante (BRINGEL e VARELLA, 2016). Como fonte da pesquisa, utilizamos documentos internos (metodologia, missão, identidade da PJR e relatórios de atividades nacionais) e cinco entrevistas em profundidade com lideranças da Coordenação Nacional da PJR, realizadas entre março e setembro de 2022. O conjunto das informações foi organizado a partir de uma análise temática (MINAYO, 2014) buscando as nuances da pedagogia da Pastoral.

Diálogos entre Teologia da Libertação, Educação Popular e Educação do Campo

Desde 1983, a PJR atua na organização e mobilização das juventudes do campo. Surge como dissidência da Pastoral de Juventude do Meio Popular, em Pernambuco, e da Pastoral da Juventude, no Rio Grande do Sul (PJR BRASIL, 2013). Sua trajetória está articulada a outras organizações, mas, sobretudo, como a Via Campesina Internacional (filiada desde 2008), o Movimento Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A PJR é identificada como uma Pastoral do campo progressista da Igreja Católica ao qual estão

vinculadas diversas outras pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base.

Nessa recente história, a PJR vem constituindo uma pedagogia que é tecida na articulação entre a Teologia da Libertação, a Educação Popular e a Educação do Campo. A partir dessas matrizes, a PJR constrói e reconstrói sua caminhada, enquanto grupo que se aproxima de uma prática de movimento social e se constitui como igreja católica. Como aponta Alberto Moreira (2012), é inegável a contribuição da Teologia da Libertação para o surgimento dos movimentos populares e da educação popular. Em seu célebre estudo sobre os movimentos sociais, Ana Maria Doimo (1995) já apontava a importância da Teologia da Libertação na formação dos movimentos populares, nos anos 1970.

A matriz da Teologia da Libertação (BOFF e BOFF, 2001; LOWY, 2016) contribuiu e ainda contribui como matriz hermenêutica que faz uma relação entre fé e prática, numa perspectiva crítica. O ponto central é a opção preferencial pelos pobres como eixo das Escrituras Sagradas. Assim, a denúncia das diversas formas de opressão e o anúncio de um mundo novo de justiça e igualdade é a mensagem central que deve ser a fonte de inspiração para a luta política. Em tempos de conservadorismo religioso, nos quais a Bíblia tem sido utilizada como ópio do povo (no sentido usado por Marx), a Teologia da Libertação propõe uma leitura que impulsiona para a práxis revolucionária - ou seja, lutar contra as opressões.

A principal contribuição da PJR é na construção de uma consciência crítica. Uma consciência crítica que é religiosa e social, que a gente não pode desvincular essas duas dimensões. Então a Pastoral traz a dimensão libertadora da fé, a gente acaba se formando um cristão que enxerga o mundo pelos óculos da Teologia da Libertação. (LIMA, 2022, informação verbal, 2023)

Muitos elementos estão presentes na análise da Teologia da Libertação, para o caso das Pastorais cabe destacar o método Ver-Julgar-Agir. O momento do VER é a análise da conjuntura política, dos problemas vivenciados e suas causas, como um tema gerador. O JULGAR é o momento que entra a leitura Bíblica e sua interpretação à luz da hermenêutica libertadora, mas também a mística, como acontece no MST. E o AGIR é o planejamento do que fazer para mudar a situação de injustiça.

O método implica na organização em pequenos grupos (no máximo 10 pessoas), chamados de grupos de base. No caso da PJR são três tipos: Grupo de Vivências, que reúne jovens que estão fora do campo temporariamente, para estudar ou trabalhar na cidade; Grupo na Comunidade, reúne jovens de uma ou mais comunidades circunvizinhas; e Grupo de Produção e Resistência (GPR), também é um grupo de comunidade, todavia é composto por jovens que decidiram se organizar e se dedicar a alguma produção (doces, quintais

produtivos, artesanatos, entre outros) nos moldes da economia solidária e da agroecologia. Esses grupos discutem temas das vidas pessoais e problemas coletivos decorrentes da vida no campo, bem como problemas locais e suas possíveis soluções. Além das vivências nos pequenos grupos também existem encontros nacionais que reúnem grupos de diferentes localidades. Essas vivências desenvolvem a consciência crítica e relações de afetividade e companheirismo, em um ambiente religioso.

Nesses grupos se vivencia a mística da fé cristã, com vinculação com a Igreja Católica, com orações e símbolos da instituição, mas também símbolos da vida enquanto juventude camponesa e dos enfrentamentos cotidianos. A mística inclui expressões artísticas e culturais, e um repertório de músicas cujas letras remetem a temas de libertação - sejam elas clericais ou não. Em geral, se canta um novo tempo de justiça. Se invoca um “Pai Nosso dos pobres e marginalizados”.

Em geral, as reuniões dos grupos além da mística podem ser voltadas para estudo de temas da realidade do campo, com inspiração da Educação Popular por se tratar de uma concepção dialógica e crítica, constituída a partir de seus contextos (MEJIA, 2011; BRANDÃO, 2006; NOGUEIRA e FREIRE, 1993; PALUDO, 2010; JARA, 2006). Essas reuniões possuem o protagonismo da juventude, na sua organização (CASTRO, 2005). A PJR assume também a perspectiva da leitura crítica da sociedade, a busca da politização dos sujeitos e discute a organização coletiva e a luta por uma sociedade mais justa (CARRILLO, 2010). Nesse sentido, tem incorporado a visão de luta contra todas as formas de opressão, seja de classe, raça ou gênero.

As reflexões feita na PJR me ajudaram a entender que a gente tem que ir contra esse sistema, que temos que nos colocar, se posicionar, tem que entender a realidade e ver aquilo que é bom para a gente, tanto no sentido dessa política mais municipal, mais local, mas da política de modo geral. Então como as coisas são feitas na comunidade, dialogadas, discutidas e aí penso que me abriu os olhos para essas coisas. (COSTA, 2022, informação verbal, 2023)

Essa perspectiva também está presente na Educação do Campo, que, por sua vez, é herdeira dessas duas matrizes. Sua especificidade reside na visão crítica dos movimentos sociais do campo e da luta pela reforma agrária e contra o capitalismo (CALDART, 2009). Além disso, a PJR incorpora a discussão da educação do e no campo que se contrapõe ao modelo de educação rural, que tomava a cidade como referência.

Embora ainda exista um processo de urbanização do campo muito grande, mas a juventude do campo tem suas especificidades enquanto o que é ser juventude camponesa. Seja pelo dia a dia do lidar com a roça, enfim, seja pelos próprios processos de opressão, que são diferentes de ser no campo e

diferente de ser na cidade. (LIMA, 2022, informação verbal 2023)

No caso da PJR, ela possui um interesse explícito em expor para as juventudes camponesas sobre a importância de sua permanência no campo (PJR BRASIL, 2013). Por isso, busca instigá-las a se organizar e lutar por melhores condições de vida no seu espaço, para ter acesso aos direitos básicos assegurados na Constituição Federal (1988). Ela atua de forma articulada com a CPT, o MST e a Via Campesina na construção do debate sobre a Educação do Campo.

Considerações finais

De modo geral, podemos afirmar que a Pedagogia da PJR está constituída pelas três matrizes elencadas: Teologia da Libertação, Educação Popular e Educação do Campo. Em suas práticas, ela conforma um sujeito que desenvolve uma leitura crítica da realidade, da religião e da igreja. O método VER-JULGAR-AGIR aplicado à realidade do campo, faz com que seja compreendido como um lugar de produção e reprodução de vida e de sua cultura. Por outro lado, aponta para o horizonte da luta que garante as conquistas e as transformações sociais necessárias para a superação da exploração, como também a conquista e garantia de seus direitos. Esse processo acontece com momentos de estudo que permitem a compreensão da sociedade e de seus problemas, como também os interesses por trás da manutenção de certas práticas sociais. O egoísmo e individualismo preconizados no capitalismo são suplantados pela assunção de um sujeito que age e pensa de forma coletiva.

Portanto, a pedagogia da PJR tem contribuído na constituição de sujeitos políticos comprometidos, politizados e atuantes na sociedade, que vivenciam uma religiosidade libertadora, combatendo preconceitos e se solidarizando com as dores de seus semelhantes. Por mais que suas ações estejam mais próximas das que desenvolvem os movimentos sociais, a religião continua sendo um dos aspectos profundos de seu trabalho de base.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. de ; PINHEIRO, L. R.; GROppo, L. A.; IRIART, M. F. dos S. [Orgs.] **Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos: uma antologia do GT03 da ANPED.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ARROYO, M. G. **PEDAGOGIAS EM MOVIMENTO** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos; 318)

BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de**

Direito Administrativo, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: . Acesso em: 19 jan. 2022.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2009, v. 7, n. 1, pp. 35-64.

CARRILLO, A. T. EDUCACIÓN POPULAR Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO. **La Piragua**: Revista Latinoamericana de Educación y Política, Panamá, volume 1, nº 32. p. 8-25, 2010.

CASTRO, E. G. Introdução. In: CASTRO, E. G. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: PGAS/MN/UFRJ, jul. 2005. p. 3-30

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v.16 n. 47, maio-ago, 2011.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

JARA, O. Resignifiquemos as Propostas e Práticas de Educação Popular Perante os Desafios Históricos Contemporâneos. In: PONTUAL, P., IRELAND, T. (orgs.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. pp. 233-240

LOWY, M. **O que é Cristianismo da Libertação**: religião e política na América Latina. – 2. ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

MEJÍA, M. R. **Educaciones y Pedagogías Críticas desde el Sur** (Cartografías de la Educación Popular). La Paz: Viceministerio de Educación Alternativa y Especial, 2011.

MINAYO, M. C. de S. Capítulo 11: Técnicas de análise do material qualitativo. In: MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. - 14. ed. - São Paulo: Hucitec, 2014. pp. 303-360

MOREIRA, A. da S. Contribuições Da Teologia Da Libertação Para Os Movimentos Sociais. Goiânia: Caminhos, v. 10, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2012.

NOGUEIRA, A.; FREIRE, P. **Que Fazer**: teoria e prática em Educação Popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes ed., 1993.

PALUDO, C. Educação Popular e Educação (Popular) do Campo. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S.F. (Org.). **Educação do Campo em movimento**: teoria e prática cotidiana. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, v. 1, p. 245-266.

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL. **Breve História da PJR**: 30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013) e 25 anos de PJR Brasil (1988-2013). Recife, 2013.

SCHWENDLER, S. F. Educação e movimentos sociais: uma reflexão a partir da pedagogia

do oprimido. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S.F. (Org.). **Educação do Campo em movimento**: teoria e prática cotidiana. Curitiba: Ed. UFPR, 2010, v. 1, p. 267-288.